

Fundação Bunge

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da
Fundação Bunge

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Bunge ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Bunge em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias Entidades (CPC PME (R1)) e com a interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias Entidades (CPC PME (R1)) e com a interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

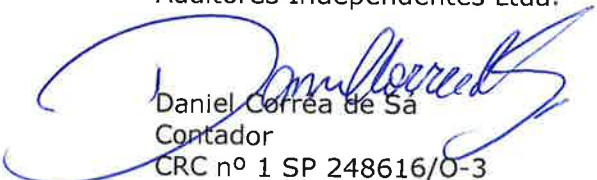
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, incluindo as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo, 12 de fevereiro de 2019

DELOITTE BRASIL
Auditores Independentes Ltda.



Daniel Corrêa de Sá
Contador
CRC nº 1 SP 248616/O-3

2019-SPO-0291_VF

FUNDAÇÃO BUNGE

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.619	5.853	Salários e encargos sociais	7	828	775
Contas a receber	5	-	160	Contas a pagar	8	<u>275</u>	<u>138</u>
Ativos mantidos para venda	16	1.251	1.251	Total do passivo circulante		<u>1.103</u>	<u>913</u>
Outros ativos		<u>19</u>	<u>-</u>				
Total do ativo circulante		<u>7.889</u>	<u>7.264</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimônio social		<u>6.800</u>	<u>6.367</u>
NÃO CIRCULANTE				Total do patrimônio líquido	11	6.800	6.367
Imobilizado	6	<u>14</u>	<u>16</u>				
Total do ativo não circulante		14	16				
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>7.903</u>	<u>7.280</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>7.903</u>	<u>7.280</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO BUNGE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	12	6.710	4.236
CUSTO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13	(3.257)	(4.901)
RESULTADO BRUTO		<u>3.453</u>	<u>(665)</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	13	(1.623)	(1.554)
Despesas gerais e administrativas	13	(1.762)	(1.744)
Outras despesas	13	<u>(7)</u>	<u>(43)</u>
Total		<u>(3.392)</u>	<u>(3.341)</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>61</u>	<u>(4.007)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	14	457	737
Despesas financeiras	14	(85)	(132)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u><u>433</u></u>	<u><u>(3.402)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO BUNGE

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	9.769	-	9.769
Déficit do exercício	-	(3.402)	(3.402)
Transferência de déficit de recurso sem restrição	(3.402)	3.402	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>6.367</u>	<u>-</u>	<u>6.367</u>
Superávit do exercício	-	433	433
Transferência de superávit de recurso sem restrição	433	(433)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>6.800</u>	<u>-</u>	<u>6.800</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO BUNGE

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit (Déficit) do exercício		433	(3.402)
Ajuste ao superávit (déficit) do exercício:			
Depreciação	6	2	398
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		160	-
Outros ativos		(19)	21
Salários, provisões e encargos sociais		53	(197)
Contas a pagar		<u>137</u>	<u>(292)</u>
Caixa líquido consumido nas (gerado pelas) atividades operacionais		766	(3.472)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>766</u>	<u>(3.472)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.853	9.325
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		6.619	5.853
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>766</u>	<u>(3.472)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO BUNGE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Bunge ("Entidade" ou "Fundação"), criada em 30 de setembro de 1955, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede localizada na Rua Diogo Moreira, 184, 5º andar, Pinheiros, São Paulo - SP. Foi criada, inicialmente, com o objetivo principal de incentivo à educação em seus diversos campos, como Ciências, Letras e Artes, no País. Atualmente, atua no desenvolvimento sustentável, no entanto, sem deixar de lado a educação, transformando suas ações nessas áreas em instrumentos que propiciam a geração de ideias inovadoras.

Para concretizar seus objetivos, a Entidade possui projetos que visam ao incentivo à educação e ao desenvolvimento sustentável, por meio de ações sociais e da realização de diagnósticos e estudos em socioeconomia, com implementação de planos de gestão integrada para orientar o investimento social privado de forma articulada, com as comunidades e necessidades de cada território. Também possui um programa de valorização da história do Grupo Bunge no Brasil e sua inserção nos âmbitos da indústria, da navegação e do agronegócio no País, com papel essencial no desenvolvimento dessas áreas em seus mais de 100 anos de atuação.

Os recursos para o desenvolvimento de suas atividades são obtidos por meio de contribuições das Empresas Mantenedoras, por ações ligadas às suas atividades.

A Entidade, por não ter fins lucrativos, está imune ou isenta dos tributos incidentes sobre o patrimônio, a renda ou os serviços e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, conforme disposto nos artigos 150, inciso VI, alínea "c", e 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal, e no artigo 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Plano de Custeio da Seguridade Social).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E BASE DE ELABORAÇÃO

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, as quais abrangem a legislação societária brasileira e o pronunciamento técnico CPC PME (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com a interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O superávit (déficit) é apurado pelo regime de competência, com exceção das receitas de contribuições, uma vez que, por não ter fins lucrativos, a Entidade aufere das Empresas Mantenedoras parte substancial de suas receitas de contribuições, sendo registradas contabilmente quando do seu efetivo recebimento em caixa.

As receitas de aluguéis são reconhecidas no resultado de acordo com a competência do exercício, de forma linear, mediante valores acordados nos correspondentes contratos de aluguel.

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais - R\$, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade opera.

c) Ativos mantidos para venda

Os ativos não correntes mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são registrados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, que não excede ao valor de mercado ou de realização.

e) Contas a receber

Registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A Administração avalia o risco de realização dos créditos e, quando necessário, constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa.

f) Imobilizado

Registrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, perda por redução ao valor de recuperação. A depreciação tem início quando o imobilizado começa a ser utilizado.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada período de relatório, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

g) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada período de relatório, o valor contábil dos ativos é revisado para determinar se há alguma indicação de que eles sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

h) Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

i) Provisões

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, em que é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j) Instrumentos financeiros

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC PME (R1), a Fundação optou pela aplicação das disposições integrais das Seções 11 e 12, em sua totalidade, na escolha de sua política contábil sobre instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2018, a Fundação possuía somente instrumentos financeiros básicos. Dessa forma, a Seção 12 do referido pronunciamento técnico torna-se não aplicável, haja vista referir-se a outros instrumentos financeiros mais complexos.

Classificação

A Seção 11 do pronunciamento técnico CPC PME (R1) exige o método do custo amortizado para todos os instrumentos financeiros básicos.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os instrumentos financeiros compreendem o caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e as contas a receber (nota explicativa nº 5).

Passivos financeiros

Não foram identificados passivos financeiros; no entanto, se fossem identificados, estes seriam reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

k) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem, basicamente, despesas bancárias, multas e juros, além de imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras.

l) Tributação

A Entidade não tem fins lucrativos e é isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacam-se os seguintes: (a) Programa de Integração Social - PIS: contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamento; e (b) COFINS: isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social e sobre as receitas financeiras e de aluguel segundo a legislação vigente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bancos	85	77
Aplicações financeiras	6.534	5.776
Total	<u>6.619</u>	<u>5.853</u>

As aplicações financeiras são representadas por investimentos indexados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor com taxas aproximadas de 95% do CDI, e por uma aplicação automática do Banco Itaú S.A. por meio de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs com rentabilidade crescente de acordo com o tempo de permanência dos recursos em conta-corrente. Os resgates ocorrem automaticamente sempre que a conta-corrente apresentar saldo negativo e a aplicação for totalmente garantida pelo Banco Itaú S.A.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aluguel - Bunge Alimentos S.A.	-	160
Total	<u>-</u>	<u>160</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo total das contas a receber referia-se ao aluguel de dois andares do Centro Empresarial - CENESP, localizado no bairro de Santo Amaro, na cidade de São Paulo - SP, para a empresa Bunge Alimentos S.A., uma das mantenedoras da Fundação, sendo que o contrato de locação fora rescindido em 31/12/17 e tais andares foram colocados à venda, conforme explicado na nota explicativa nº 16.

6. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	2018			2017		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Computadores e periféricos	20	72	(72)	-	72	(72)	-
Móveis e utensílios	10	175	(161)	14	175	(159)	16
Total		<u>247</u>	<u>(233)</u>	<u>14</u>	<u>247</u>	<u>(231)</u>	<u>16</u>

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício	16	1.665
Adições	-	-
Depreciação	(2)	(398)
Transferências	-	(1.251)
Saldo no fim do exercício	<u>14</u>	<u>16</u>

Desde 2017, a Administração da Entidade mantém a avaliação da necessidade de venda dos dois andares do Centro Empresarial - CENESP, localizados no bairro de Santo Amaro, na cidade de São Paulo - SP, sendo que o saldo foi reclassificado para a rubrica "Bens disponíveis para venda" no ativo circulante, conforme explicado na nota explicativa nº 16.

7. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Férias a pagar	217	259
Gratificações a pagar	504	407
Encargos sociais	41	52
Outros	66	57
Total	<u>828</u>	<u>775</u>

8. CONTAS A PAGAR

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores de serviços	244	120
Contas a pagar com a Bunge Alimentos S.A. (*)	31	18
Total	<u>275</u>	<u>138</u>

(*) Referem-se a reembolsos de gastos com o programa de voluntariado incorridos pela Bunge Alimentos S.A., a serem reembolsados pela Fundação.

9. PROVISÃO PARA RISCOS

Não existem processos com riscos prováveis e possíveis de perda em nome da Entidade.

As declarações de rendimentos dos últimos cinco exercícios sociais e os impostos e as contribuições com períodos variáveis de prescrição estão sujeitos à revisão pelas autoridades competentes.

10. PARTES RELACIONADAS

a) Transações

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Doações recebidas:		
Bunge Alimentos S.A.	6.580	2.101
Total	<u>6.580</u>	<u>2.101</u>
Receitas de aluguel (nota explicativa nº 12):		
Bunge Alimentos S.A.	-	1.926
Total	<u>-</u>	<u>1.926</u>

b) Saldos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aluguéis a receber (nota explicativa nº 5):		
Bunge Alimentos S.A.	-	160
Total	<u>-</u>	<u>160</u>
Contas a pagar (nota explicativa nº 8):		
Bunge Alimentos S.A.	31	18
Total	<u>31</u>	<u>18</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social da Fundação é composto pelos bens e valores doados pelas Empresas Mantenedoras, por empresas coligadas e/ou terceiros, para garantir à Fundação a consecução de seus fins, bem como pelos bens e valores provenientes de qualquer outra origem, inclusive aquelas que mantêm financeiramente suas operações, por meio de aluguéis e da realização de atividades para fomentar o desenvolvimento e aprimoramento da educação e sustentabilidade em suas regiões de atuação.

O superávit do exercício sem restrição é transferido anualmente para a rubrica "Patrimônio social" da Fundação.

12. RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de aluguéis	-	1.926
Doações	6.580	2.101
Receitas com trabalhos voluntários	130	209
Total	<u>6.710</u>	<u>4.236</u>

a) Remuneração do pessoal-chave e voluntariado

O Presidente do Conselho de Administração e os membros dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal exercem suas atividades de forma voluntária, sem receber nenhuma remuneração nem benefícios, assim como profissionais do Grupo Bunge que eventualmente colaboraram com as ações listadas na nota explicativa nº 13.

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação teria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na interpretação ITG 2002 (R1), a Fundação, a partir do exercício de 2016, passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive membros integrantes dos órgãos da Administração. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo "Receitas operacionais" em contrapartida do grupo "Despesas operacionais".

No exercício de 2018, a Fundação recebeu trabalhos voluntários de membros integrantes dos órgãos da Administração, no exercício de duas funções administrativas e fiscais, os quais seriam equivalentes ao valor justo total de R\$19 (R\$30 em 2017). Ainda, a Fundação recebeu trabalhos voluntários no âmbito do Programa Comunidade Educativa, cujos voluntários nos exercícios de suas funções lúdicas e recreativas teriam o valor equivalente justo total de R\$111 (R\$179 em 2017).

13. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários e gratificações	(1.625)	(1.662)
Férias	(137)	(168)
13º salário	(102)	(117)
Benefícios a empregados, encargos e contribuições	(1.017)	(1.108)
Aluguel de imóveis	(1.222)	(823)
Despesas com telefone e energia elétrica	(31)	(43)
Despesas com viagens e passagens aéreas	(199)	(282)
Depreciação	(2)	(398)
Livros, jornais e revistas	(1)	-
Gastos com mídia	(104)	(183)
Reuniões e eventos	(326)	(521)
Serviços especializados e assessoria jurídica	(832)	(1.799)
Doações	(420)	(420)
Despesas com trabalhos voluntários	(130)	(209)
Outros	(501)	(480)
Total	<u>(6.649)</u>	<u>(8.242)</u>
Classificadas em:		
Custo das atividades operacionais:		
Prêmio Fundação Bunge	(880)	(1.183)
Centro de Memória Bunge	(694)	(1.196)
Semear Leitores – voluntariado	(411)	(723)
Comunidade integrada – Pará	(437)	(909)
Despesas com trabalhos voluntários	(130)	(209)
Comunicação	(705)	(681)
Subtotal	<u>(3.257)</u>	<u>(4.901)</u>
Despesas com pessoal	(1.623)	(1.554)
Despesas gerais e administrativas	(1.762)	(1.744)
Outras despesas	(7)	(43)
Total	<u>(6.649)</u>	<u>(8.242)</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras:		
Ganhos com aplicações financeiras	385	736
Outras	72	1
Total	<u>457</u>	<u>737</u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre aplicações financeiras	(79)	(128)
Outras	(6)	(4)
Total	<u>(85)</u>	<u>(132)</u>

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade mantém aplicações financeiras no montante de R\$6.619 na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" (R\$5.853 em 2017), classificadas na categoria empréstimos e recebíveis. O valor contábil desses instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais equivale aproximadamente a seu valor justo, considerando os critérios de atualização contratados. Durante esse exercício, a Entidade não realizou operações com derivativos.

Em virtude das características e da forma de operação, bem como da posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de crédito

Considerando que a Entidade não possui contas a receber em 2018, não há risco de crédito.

Risco de liquidez

É o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas a seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é garantir que ela sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação. Esse risco é considerado baixo pela Administração.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Entidade auferir ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Esse risco é considerado baixo pela Administração.

16. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

A Administração da Fundação se comprometeu com um plano para vender seu imóvel de 2.844 m² situado na cidade de São Paulo e consequentemente esta edificação está apresentada como ativo mantido para venda.

Não há perdas reconhecidas. A Administração não identificou durante sua avaliação perda ao valor recuperável sobre o grupo de ativos mantidos para venda ao menor entre o seu valor contábil e seu valor justo deduzido de despesas para venda já que o valor justo do referido grupo de ativos é superior ao seu valor contábil.

Em 31 de dezembro de 2018, o grupo de ativos mantidos para venda estava apresentado ao valor contábil (que é inferior ao valor justo menos os custos de venda) e compreendia edifícios, no valor de R\$1.251.

17. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 12 de fevereiro de 2019, a Administração da Fundação autorizou a divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.